

# **A PROBLEMÁTICA DA COLONIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1930 E A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA COLONIZADORA NO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS.**

Julio Cesar Zorzenon Costa  
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)  
[jczorzenon@uol.com.br](mailto:jczorzenon@uol.com.br)

## **RESUMO:**

O texto visa apresentar os elementos constitutivos da política colonizadora que foi sendo elaborada ao longo do primeiro governo Vargas (1930-1945). Essa política colonizadora refletiu e incorporou uma série de elementos que foram sendo amadurecidos, a partir de reflexões e debates relativos ao papel que a colonização deveria exercer no sentido do desenvolvimento econômico que, naquele momento, era identificado com a ênfase na produção para o mercado interno e com a industrialização. A problemática colonizadora, devido à necessidade de acelerar e ampliar a integração econômica do interior brasileiro numa perspectiva de nacionalismo econômico, vinculou-se, assim, aos encaminhamentos mais gerais que presidiram a ação estatal no período pós 1930.

## **Palavras-chave:**

Política Colonizadora. Desenvolvimento Econômico. Primeiro Governo Vargas.

## **ABSTRACT:**

The text aims to present the elements of the colonial policy that was being prepared during the first Vargas government (1930-1945). This colonial policy reflected and incorporated a number of elements that have been mature from reflections and debates concerning the role that colonization should exercise towards economic development at time were identified with emphasis on production for domestic market and industrialization. The problematic colonizing, because of the need to accelerate and broaden economic integration of the interior of the Brazil in a perspective of economic nationalism, tied up, so the more referrals general who presided over the state action in the period after 1930

## **Keywords:**

Colonial Policy. Economic Development. First Vargas Government.

A virada das décadas de 1920/1930, como já é clássico observar, representou o limiar de uma profunda alteração no encaminhamento da vida brasileira, em relação ao que vinha sendo praticado, até então, do ponto de vista da estrutura e da ação do Estado Nacional.

As crises do final da década de 1920 e do início da década de 1930 criaram condições não somente para uma mudança de grupos políticos na direção do Estado, como também para

um novo tipo de ação estatal no que concerne aos assuntos econômicos. Ou seja, permitiram novos encaminhamentos em relação ao capitalismo brasileiro, abrindo as possibilidades para o Brasil conhecer um processo de diversificação econômica, que naquele momento só poderia ser realizado com a decisiva intervenção estatal. É possível, portanto, afirmar que o novo direcionamento dado ao capitalismo brasileiro, bem como a faceta interventora do Estado nos assuntos econômicos, foram fatores distintivos do primeiro governo Vargas em relação ao regime existente na Primeira República (1889-1930).

O paulatino processo de formulação e de encaminhamento de novas orientações para a economia nacional, durante o primeiro governo Vargas, levou a intervenções nos mais diversos setores econômicos. Nesse sentido, acabou por implicar, também, a necessidade de reformulação nas políticas de colonização praticadas até então.

O processo de elaboração de uma nova proposta colonizadora só pode ser compreendido se relacionado ao contexto de maior intervenção do Estado no sentido do alcance do desenvolvimento econômico, que naquele momento era identificado com a industrialização. As medidas paulatinamente indicadas e formuladas estiveram vinculadas, então, aos objetivos de se construir uma nova política colonizadora adequada aos processos de desenvolvimento que se buscava encaminhar.

As preocupações com as ações colonizadoras, no momento em questão, deixaram de estar voltadas à colaboração do desenvolvimento de atividades exportadoras, mas passaram, num sentido diferente, a se tornar um agente importante, embora subsidiário, do processo de diversificação econômica, nucleado pela industrialização, com base no mercado interno.

Assim, a conquista interna de territórios, a ampliação do mercado nacional e dos circuitos internos de reprodução do capital passaram a ser tarefas fundamentais. A transformação das atividades internas em novo pólo dinâmico da economia nacional implicou a necessidade de se ampliar o mercado interno. Regiões antes desconectadas deveriam, a partir desse momento, ser integradas ao mercado nacional, colocando em evidência as políticas colonizadoras do Estado.

Ao mesmo tempo, a ascensão de um novo governo e a chegada ao poder de forças políticas, mesmo que heterogêneas, que se opunham ao particularismo e ao regionalismo que haviam marcado a República pré-1930, levou a um maior controle estatal sobre o processo de expansão capitalista. A emergência de uma nova problemática colonizadora, com a percepção da necessidade de conquista, liderada e organizada pelo governo central, dos

generosos fundos territoriais brasileiros e desvinculada dos propósitos de se favorecer apenas à agricultura de exportação, será objeto de reflexão e debates por parte de membros do próprio governo federal e de uma elite intelectual comprometida com os novos tempos. Alguns representantes dessa nova elite intelectual passarão a assumir um papel de grande poder e prestígio junto ao núcleo do poder estatal, antes e, principalmente, após o estabelecimento do Estado Novo.

A problemática colonizadora, devido à necessidade de integração econômica do *hinterland*, relacionou-se, assim, aos encaminhamentos mais gerais que presidiram a ação estatal no período pós 1930. A política colonizadora daí resultante não se encontrava previamente formulada e nem será fruto de ações anteriormente planejadas, ela resultará de medidas definidas e aplicadas a partir dos vários debates ocorridos ao longo do período, objetivando, a realização desse importante instrumento para a construção de uma nova ordem econômica nacional.

### **1 Centralização Política, Conquista e Integração Territorial**

A centralização da tomada de decisões econômicas é uma das características mais evidentes do período. Mediante a ampliação do aparelho burocrático do governo que possibilitaria, segundo imaginava-se, uma maior racionalidade na definição dos encaminhamentos necessários ao desenvolvimento econômico, procurou-se dar respostas a alguns problemas importantes para a consecução desse mesmo desenvolvimento. Dentre os problemas equacionados, sem dúvida, podemos incluir questões relativas à estrutura agrária e à produção agrícola:

Entre as questões (relativas a um novo tipo de desenvolvimento capitalista) assinala-se ‘a questão agrária’(mudança ou não da estrutura fundiária, sua adequação para fornecer alimentos matérias primas para a indústria e para as populações urbanas, liberação de mão de obra para a industrialização). [...] As atividades exportadoras, por outro lado, continuaram a desempenhar relevante papel no sistema econômico, mas foram deixando de ser a variável essencial da manutenção da renda interna para cumprir o papel de gerador de divisas, estas essenciais para garantir as importações. Além da geração de divisas, coube ao setor primário, via diversificação, fornecer matérias primas industriais e alimentos às populações urbanas, embora isto já fosse encontrado no período precedente (anterior a 1930). (FONSECA, 1.987, p. 184)

Embora as medidas implementadas pelo novo governo no sentido do desenvolvimento econômico visassem, prioritariamente, à industrialização e aos centros urbanos, as questões relativas à estrutura agrária e à produção agrícola não poderiam ser deixadas de lado, pois delas dependeriam o ritmo e a amplitude da acumulação capitalista, já que estariam relacionadas, entre outros aspectos, à manutenção da capacidade de importação de equipamentos industriais e, em última instância, às condições de remuneração da força de

trabalho urbana. Assim, as questões relativas aos aspectos agrários e agrícolas tiveram que ser consideradas nas ações e planos governamentais que visavam ao desenvolvimento.

É verdade que ainda não havia algo que formalmente pudéssemos nomear como planejamento econômico; que procurasse direcionar as ações governamentais a partir da percepção da interligação entre as diferentes esferas da economia. No entanto, como a tomada de decisões econômicas por parte do governo levava ao que hoje se concebe como planejamento, ou seja, à idéia de que as simples forças de mercado seriam incapazes para, por si só, dirigir um processo econômico no sentido do desenvolvimento, a intervenção estatal nos assuntos referentes às políticas agrárias, agrícolas e territoriais teve que se fazer presente.

As práticas em relação aos temas agrários e agrícolas naquele momento, antes de se apresentarem como adequadas a um novo modelo de desenvolvimento, centrado na diversificação e na industrialização, revelavam problemas. As estruturas agrárias e agrícolas encontravam-se, tradicionalmente, assentadas na grande propriedade tendente à autossuficiência e na produção de um pequeno número de gêneros para a exportação, sendo essa, inclusive, a base do modelo econômico anterior. Isso, além de fixar a imagem do Brasil como um país de vocação agrícola, estabelecia, ainda, uma atitude de produção para fora, dificultando a produção destinada ao mercado interno, bem como integração desse mercado.

Enquanto o discurso afirmava que o país deveria praticar uma política consciente de desenvolvimento econômico – e este, muitas vezes, como eufemismo para industrialização -, Vargas não deixava de assinalar, ao lado disso, que a estrutura da economia nacional estava assentada sobre a exploração agrícola. [...] A relevância do setor primário (e especialmente, da monocultura), antes de demonstrar qualquer ‘vocação’, evidenciava a existência de problemas. Não fosse esta situação, os efeitos da crise seriam bem menores. [...] Adiante diria que isso era um mal, e que as ações do governo estavam orientadas para buscar o necessário remédio para curá-lo. Como se sabe, o governo não deixou de tomar medidas favoráveis ao café, mas na área agrícola foi o incentivo à policultura a principal marca de sua política econômica no após 1930[...] (FONSECA, 1.987, p. 211)

Se os aspectos relacionados à produção agrícola e à estrutura agrária não puderam ser negligenciados no processo de centralização estatal visando o desenvolvimento econômico, é verdade, também, que uma maior atenção a esses temas teria que colocar em pauta a questão territorial e a necessária integração do território nacional, bem como a manutenção de sua integridade.

Com o objetivo de criticar o modelo anterior, no qual a produção destinava-se ao exterior, Vargas, e outras pessoas influentes no governo, afirmavam constantemente a idéia de que “o Brasil havia virado as costas para ele mesmo” (DINIZ FILHO, 1993, p. 87 e FONSECA, 1987, p.197). As práticas econômicas anteriores, que situavam o país como produtor e exportador de produtos primários, e o liberalismo a elas subjacentes, não

reclamavam e não viabilizavam a integração do interior. A centralização econômica, dessa forma, vinculava-se também à idéia de (re)construção do país, à superação de seu “*arquipélago econômico*” provocado pelas práticas econômicas do antigo regime (VARGAS, 1943, p. 285).

Fazia parte, portanto, da viabilização do desenvolvimento econômico, o rompimento com práticas antigas que impediam a unificação econômica do país e, conseqüentemente, a ampliação da modernização da estrutura produtiva em todo o território nacional. A idéia de reconstrução do país passava pela unificação das fronteiras políticas e econômicas. Por isso, talvez, as afirmações relacionadas à ocupação da Amazônia tenham sido recorrentes nos discursos de Vargas<sup>1</sup>(VARGAS, 1941, p. 281 a 300).

Para além da necessidade de integração do território visando ao desenvolvimento econômico numa perspectiva centralizadora, a idéia de (re)construção nacional adaptava-se a outros aspectos expressivos do contexto do período e que vão indicando, no processo, uma opção por uma via autoritária de desenvolvimento capitalista. Esses aspectos ligavam-se às influências externas - exercidas pela conjuntura internacional - e internas - exercidas pela disseminação, na sociedade brasileira, do debate ideológico sobre a realidade nacional. Esse debate possuía como um de seus eixos a discussão sobre o papel do território nacional na montagem das instituições econômicas, sociais e políticas brasileiras.

A conjuntura internacional encontrava-se, naquele período de depressão, marcada por visões que expressavam um caráter fortemente contrário ao “*laissez-faire*”. Visões essas que se encaminhavam tanto no sentido de domesticar os efeitos da depressão econômica, quanto no sentido de justificar o “apetite” territorial de países que haviam sido afastados da liderança capitalista, após os desdobramentos que se seguiram aos resultados da 1<sup>a</sup> Guerra Mundial e do Tratado de Versalhes, como é o caso dos países de experiências fascistas (Itália e Alemanha).

A depressão econômica, e o que ela significou em termos de queda da atividade econômica e de aguçamento dos conflitos sociais, havia colocado os adeptos do Liberalismo em posições francamente defensivas. Nos países centrais desenvolveram-se reações objetivando conter ou minimizar os seus efeitos, que eram entendidos como resultantes de práticas econômicas que se encontravam baseadas no livre jogo das forças de mercado. Passou-se a admitir uma maior influência do Estado no planejamento econômico, na

---

<sup>1</sup> É interessante notar que a região do Vale do Paranapanema, bem como a região do Vale do Ribeira do Iguape, que foram objetos de ação colonizadora, em São Paulo, nos anos de 1930, eram denominadas como Amazônia Paulista, durante as décadas de 1920 e 1930. (PAIVA, 2002, p.32).

redistribuição dos resultados da atividade econômica e no equacionamento dos conflitos sociais.

Nos EUA, a prática do New Deal, com as tentativas de se frear as forças descendentes da economia e de se provocar uma reação no nível de empregos, levou ao estabelecimento de vários planos de obras viárias. Esse conjunto de obras públicas que levou a grandes déficits orçamentários, e que por isso não pode ser compreendido como uma política ortodoxa do ponto de vista liberal gerou, como subproduto, uma maior integração do território norte americano.

Mas foram em países europeus, como Itália e Alemanha, que os vínculos entre a preocupação com a retomada do desenvolvimento capitalista e a ênfase dada à importância das conquistas territoriais na consecução desse objetivo puderam ser percebidos mais claramente.

Nos países anteriormente citados, a necessidade de retomada da expansão capitalista, após os resultados da primeira Grande Guerra, juntamente com a necessidade de se deslocar a luta de classes do plano nacional para o plano internacional, para se fazer frente aos “*exploradores do mundo e da nação*”, tiveram como subproduto o incentivo às conquistas territoriais. Como eram países, territorialmente pequenos e, embora recém unificados, totalmente integrados do ponto de vista econômico, a idéia de conquista territorial ampliou uma prática já antiga, ou seja, o estabelecimento de colônias externas<sup>2</sup>. Essas “somadas”<sup>3</sup> territoriais funcionariam como bases subsidiárias ao pleno desenvolvimento capitalista que se daria em solo pátrio.

As conquistas territoriais externas converteram-se, assim, em princípio básico de desenvolvimento nos países fascistas, ávidos por uma retomada no processo de disputa pela liderança capitalista contra os chamados “países liberais”, que, por sua vez, também possuíam colônias. As somadas territoriais por meio das conquistas coloniais significariam uma alavanca para o processo de acumulação capitalista nos países fascistas, ao possibilitarem transferências de recursos e rendas e ao possibilitarem, também, a reserva de mercado para as suas indústrias. As conquistas territoriais permitiriam, assim, a superação ou a diminuição do atraso em relação às economias capitalistas líderes.

Daí, o “apetite” territorial das potências totalitárias: a constante disposição italiana em

---

<sup>2</sup> Para tal ver: (IANNI, 1974).

<sup>3</sup> A idéia de conquista colonial como soma territorial ao território de uma nação, encontra-se desenvolvida em (MORAES, 1996, cap. 5)

conquistar possessões na África e o recorrente recurso alemão em afirmar a necessidade de (re)conquistar o seu espaço vital. Questões que para serem alcançadas necessitavam de uma preocupação constante em se chamar para uma unidade nacional, com a criação de uma forte coesão militar.

Simultaneamente, e muito vinculado ao contexto internacional, desenvolvia-se no Brasil um amplo debate a respeito do componente territorial na formação da nossa nacionalidade. Esse componente era, inclusive, concebido como um aspecto de peso nos encaminhamentos necessários à (re)construção do país. Esse debate cujas origens remontavam ao movimento modernista, que impregnou a atmosfera intelectual dos anos de 1920, se pautou pela aceitação de premissas autoritárias. Fazia-se do território nacional, e de sua conquista, fator de legitimação da identidade social brasileira e, principalmente, das instituições políticas e das idéias de desenvolvimento que se construíam no país.

Desde o início, o movimento modernista havia percebido o paradoxo em se pensar a modernidade, sob o ângulo da nacionalidade, em um país atrasado e dependente (LAHUERTA, 1997, p. 96). Assim, apesar de ter se subdividido em tendências à “direita” – as que defendiam um nacionalismo de matriz organicista – e à “esquerda” – as que se aproximavam tanto de uma juventude militar jacobina, quanto do militarismo da III Internacional –, o modernismo, ao visualizar, na sociedade, uma pressão muito fraca no sentido da modernização e da construção nacional, encaminhava-se para a defesa de um Estado que fosse, ao mesmo tempo, modernizador e restaurador.

De tal forma que um governo forte era tacitamente esperado e, quando concretizado, foi bem aceito por amplos setores da intelectualidade. [...] Tal ambiência cultural possibilita que, na segunda metade dos anos 30, sob a égide do Estado, se leve às últimas conseqüências a ideologia organicista e antiliberal que, forte na tradição brasileira, desde os anos 20 vinha se radicalizando pela crise da ordem oligárquica e pelas críticas ao caráter excludente do liberalismo consagrado pela constituição de 1891. O resgate de Alberto Torres pela geração de Oliveira Vianna cria – à esquerda e à direita – enorme consenso entre a intelectualidade quanto à necessidade de unificação do país, além de radicalizar a perspectiva de que somente o Estado, sobrepondo-se ao particularismo, ao clientelismo e ao caráter “clânico” da sociedade, poderia realizar a construção da nação e a modernização da sociedade (ainda que em algumas versões, como o integralismo, a construção da nação se fizesse numa obra contrária à modernização) (LAHUERTA, 1997, p. 100/101)

Numa sociedade que se pensava como fragmentada, com fracos impulsos modernizadores, não é de se estranhar, portanto, que o aspecto territorial viesse assumir uma amplitude extremamente importante como fator legitimador das relações sociais e das instituições políticas que se estavam construindo e da idéia de desenvolvimento que se queria imprimir. A conquista territorial constituiu-se, dessa maneira, em verdadeira imagem da nação em construção e as políticas colonizadoras como a verdadeira ação concreta no sentido

de sua consecução<sup>4</sup>.

Muitos intelectuais, de variadas matizes, se impuseram a tarefa de refletir sobre a relação entre conquista territorial, e sua vinculação com a colonização, e a construção do país. Tal idéia, inclusive, já havia feito parte do programa da aliança liberal e se transformado, sob outras perspectivas, em princípio político dos tenentes, estabelecidos no clube 3 de outubro (CAMARGO, 1981, p. 128). Na maior parte das vezes, no entanto, a reflexão sobre a conquista territorial, embora estivesse associada à discussão sobre a pequena propriedade e o caráter das relações de propriedade que deveriam ser assumidas na ocupação do interior brasileiro, se pautou pela aceitação de premissas conservadoras. É nesse sentido que se pode falar na existência no Brasil de um pensamento autoritário, originário dos desdobramentos da “direita” do movimento modernista, que chegou a ter influência, principalmente após o estabelecimento do Estado Novo, no círculo dirigente do Estado Brasileiro.

Dentre os intelectuais expressivos do chamado pensamento autoritário no Brasil podemos destacar: Azevedo Amaral, Cassiano Ricardo, Francisco Campos, Oliveira Viana e Plínio Salgado. Esses nomes não expressam, necessariamente, uma homogeneidade de pensamento. Refletem, muito mais, a existência de uma matriz autoritária comum (FONSECA, 1987, p. 188). Porém, a existência dessa matriz autoritária é fundamental, pois:

A própria existência deles enquanto fenômeno social relaciona-se às duas observações iniciais, permitindo que se antevêja não ter sido Vargas um caso excepcional em suas críticas ao Laissez-Faire, ao mesmo tempo que faz pensar as ações intervencionistas do governo não como mero reflexo das condições internacionais, mas antes como estas entrosaram-se na sociedade brasileira e nela encontraram ambiente propício à sua difusão. Nem mero reflexo de condições externas nem simples fruto de necessidade ‘prática’ do governo ante a crise, o intervencionismo contou em sua defesa com pensamentos articulados e sociologicamente embasados para se justificar e ganhar adeptos. Não foi apenas um instrumento de governo, mas ideologia (FONSECA, 1987, p. 189).

Além da influência de variados determinismos, científicismos e ecletismos nas obras e no pensamento dos autores acima mencionados, é importante destacar que um aspecto comum a todos eles é a defesa da necessidade de o Brasil reencontrar-se com o seu interior, que havia sido abandonado pela economia agro-exportadora, como forma de se (re)construir. E, inclusive, seria nesse reencontro com seu interior, com suas raízes, que se resgatariam as verdadeiras instituições do país. Instituições que se distanciariam dos liberalismos de fachada, exemplos de idéias transplantadas e alienígenas, que haviam provocado um hiato entre o Brasil real e o Brasil jurídico. Assim, com a defesa da conquista do interior, o pensamento autoritário legitimava as novas instituições que estavam sendo construídas no Brasil, ao

---

<sup>4</sup> Para tal ver: (LENHARO, 1986A) e (DINIZ FILHO, 1993)

mesmo tempo em que criticava as instituições do regime oligárquico, que entendia como artificiais, por serem importadas e inadequadas, portanto, ao enfrentamento dos verdadeiros problemas que assolavam o país.

As críticas do pensamento autoritário dirigiam-se a alguns aspectos básicos do regime do regime oligárquico: o federalismo e a sua política tributária que permitia a existência de impostos estaduais. O pensamento autoritário:

[...] pregava a necessidade de fortalecimento do Estado Nacional, a eliminação dos poderes locais oligárquicos e a supremacia do Executivo sobre os demais poderes. A defesa da centralização unia-se à da racionalidade, já que as decisões políticas deviam ser substituídas por soluções técnicas, e as fórmulas científicas deveriam ser a alternativa às decisões políticas, sempre parciais e retrógradas (FONSECA, 1987, p. 191).

Entretanto, as críticas ao antigo ordenamento institucional liberal do Estado brasileiro, e a defesa de um Estado constituído por instituições centralizadoras e interventoras, não caracterizavam o pensamento autoritário como distante de um compromisso com o desenvolvimento capitalista. Pelo contrário, aproximava-o de uma opção por um desenvolvimento capitalista de cunho autoritário:

A crítica era ao tipo de desenvolvimento capitalista anterior a 1930, à sua sustentação política e à sua ideologia, mas não às instituições básicas do capitalismo enquanto tal. Como afirma Eli Diniz, 'não há antagonismo entre o antiliberalismo radical, expresso por esses autores, e o apoio aos aspectos básicos da ordem capitalista. Ao contrário, existe uma aceitação dos pressupostos do funcionamento do sistema burguês'. Mostra ainda Diniz a convergência entre o pensamento autoritário e os interesses da burguesia industrial da época, principalmente no que tange à integração do mercado interno, obstada pela autonomia tributária e administrativa estadual assegurada pela Constituição de 1891 (FONSECA, 1987, p. 192)

Os ideais de (re)construção nacional, expressos pelo pensamento autoritário, reclamavam a conquista do interior e, portanto, o seu (re)encontro como fator legitimador das novas instituições estatais. Simultaneamente, esse pensamento autoritário reclamava, também, a construção dessas novas instituições estatais como elemento primordial para a superação do caráter fragmentário do território, da nação e da economia brasileira e, dessa forma, para a efetiva realização da integração nacional. Tais aspectos colocavam, indubitavelmente, em questão a urgente necessidade de formulação de uma nova política colonizadora para o período.

A política colonizadora do período inscreve-se, portanto, num processo de reorganização e de expansão do próprio capitalismo brasileiro. Permite pensar que os enormes fundos territoriais brasileiros, intocados e/ou desintegrados, poderiam ser considerados como sucedâneos das colônias externas, tão procuradas pelos países europeus, principalmente por aqueles, que no período em questão, encaminharam-se para a construção de regimes fascistas.

Desta maneira, é possível a afirmação que, na década de 1930, a conjuntura internacional, marcada pela crise econômica e pelas disputas entre as potências capitalistas centrais, na (re)conquista da liderança capitalista e por ampliações em suas áreas de influência, refletia-se no Brasil e criava expectativas e propostas de encaminhamentos políticos, sociais e econômicos. As práticas italianas e alemãs estabeleceram-se como um modelo a ser perseguido. Ou seja, a ênfase no caráter antiliberal, autoritário, militarista, expansionista e nacionalista dado por aqueles Estados, no sentido da recuperação de seu atraso em relação aos demais países centrais, foi reinterpretada de acordo com as nossas realidades, por algumas correntes políticas que gozavam de prestígio e proximidade junto ao núcleo de poder. Uma dessas reinterpretações liga-se à idéia da necessidade da conquista colonial interna, de ampliação do mercado nacional e da manutenção do território brasileiro.

No Brasil, país de vastos territórios intocados, tal idéia foi interpretada como a necessidade de se conquistar e integrar os vastos espaços considerados vazios<sup>5</sup> à atividade econômica. Esta “obra gigantesca” só poderia ser encaminhada por um Estado forte e coeso militarmente. Assim, a colonização e o expansionismo interno do Brasil tornam-se sucedâneos da conquista de colônias e do expansionismo externo das potências centrais capitalistas<sup>6</sup>, notadamente daquelas consideradas atrasadas na disputa pela liderança capitalista.

Essas questões explicitam como as políticas colonizadoras, externas e/ou internas, com a sua constante busca de “soma territorial”, tornam-se aspectos basilares para desenvolvimento econômico de países considerados atrasados que, por isso mesmo, tendem a negar a idéia de que o desenvolvimento econômico seja um estágio acessível a todos dentro da ordem capitalista e venha a ser alcançado pelo simples jogo das forças do mercado.

Por outro lado, a política colonizadora, que vai se construindo, no Brasil, no período

---

<sup>5</sup> Digo “considerados vazios”, pois é sempre importante lembrar que no discurso do conquistador é normalmente esquecido que estes espaços encontram-se habitados por índios e posseiros. Ver: (MORAES, 1996, cap. 5) e (MARTINS, 1.997, intr.)

<sup>6</sup> Bastante ilustrativa desta questão é afirmação de Vargas, que se segue: “[...] Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem todos êsses elementos, os espaços vazios se povoarão. Teremos densidade demográfica e desenvolvimento industrial. Dêste modo, o programa de “Rumo ao Oeste” é o reatamento da campanha dos construtores da nacionalidade, dos bandeirantes e dos sertanistas, com a integração dos modernos processos de cultura. Precisamos promover esta arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas. *Eis o nosso Imperialismo. Não ambicionamos um palmo de território que não seja o nosso, mas temos um expansionismo, que é o de crescermos dentro das nossas próprias fronteiras.* (grifo nosso). (VARGAS, 1943, p. 95)

imediatamente posterior a 1930, ganha uma nova dimensão se a ela relacionarmos um grande componente daquele contexto que é o nacionalismo.

## **2 Nacionalismo e Integridade Territorial**

O nacionalismo que unificou o pensamento modernista nos anos de 1920, que justificou a construção de bases intervencionistas e centralizadoras do Estado indutor do desenvolvimento capitalista no 1º governo Vargas e que havia amalgamado a produção intelectual dos chamados pensadores autoritários, se expressou na política colonizadora, que estava se constituindo, por meio da decisiva opção pelo trabalhador brasileiro como agente concretizador dessa empreitada.

A opção pelo trabalhador nacional pode ser entendida a partir das próprias preocupações do momento em questão. As políticas colonizadoras anteriores haviam privilegiado o trabalhador estrangeiro, provocando o que se denominava de “enquistamentos étnicos”, verdadeiros bolsões constituídos por imigrantes e seus descendentes, que se estabeleceram em território nacional, preservando as características de seus países de origem, como idioma e costumes, e ligando-se a eles economicamente, por meio do consumo de produtos e pelo envio de remessas de dinheiro. Na visão do governo e dos intelectuais que o apoiavam, tais práticas colocavam em risco a integridade territorial do país, pois os enquistamentos eram considerados como encaves estrangeiros e, portanto como áreas de desnacionalização do território brasileiro. Além disso, estimulavam o envio de recursos financeiros ao exterior, favorecendo, dessa forma, às indústrias e economias estrangeiras

Outro aspecto importante para o entendimento da opção pelo trabalhador nacional é a intenção, muitas vezes expressa, de se praticar uma ação disciplinadora em relação ao trabalhador brasileiro, em uma vertente rural. A integração econômica do *hinterland* exigia um novo modelo de trabalhador rural brasileiro, distante do estigma de Jeca Tatu que o acompanhava, de posseiro que vivia numa economia de subsistência e que “vegetava na preguiça”.

Assim, a política colonizadora também foi se pautando por um duplo interesse: conduzir os imigrantes estrangeiros para a aceitação dos valores da nacionalidade brasileira, principalmente no que tange à utilização do idioma português e, ao mesmo tempo, transferir ao trabalhador rural brasileiro a disciplina e os conhecimentos do imigrante, instrumentalizando a construção de um novo homem do campo.

Em relação a esses propósitos é bastante significativo observar o discurso expresso pelo

boletim do Serviço de Colonização e Imigração (SIC) paulista, acerca da assimilação dos imigrantes que, se queria fazer acreditar era praticada no Núcleo Colonial Barão de Antonina (NCBA)<sup>7</sup>:

O NCBA é uma mostra de uma política inteligente e persuasiva de assimilação. A personalidade do colono não se anula ao contacto com o brasileiro. Ao contrário, o que se desejou no NCBA, é que precisamente o colono estrangeiro não perca seus traços culturais, para que estes possam contribuir para melhorar o ambiente em que vive o nacional. [...] o trabalhador brasileiro vivendo lado a lado de operários agrícolas estrangeiros, sabendo aproveitar e trabalhar melhor a terra, em pouco tempo é senhor de uma soma de conhecimentos agrícolas que o habilitarão a obter melhor compensação e rendimento do seu esforço<sup>8</sup>.

A política colonizadora ao encampar as preocupações relativas ao combate ao enquistamento étnico vai assumindo, também, princípios bastante caros à própria idéia de segurança nacional.

Assim como se criticavam as elites oligárquicas por terem assimilado o Liberalismo, exemplo de ideologia alienígena e transplantada, indiferente e distante, portanto, da realidade nacional, criticavam-se também os imigrantes, principalmente os de nacionalidade que haviam estabelecido um fluxo imigratório mais recente, os do leste europeu e os do oriente médio, por exemplo, como portadores de culturas e ideologias exóticas, capazes de minar as bases, ainda frágeis, da identidade e unidade nacionais. A esse respeito dizia um articulista de um importante jornal da época:

[...] como se vê, a imigração em São Paulo se tem procedido com grande heterogeneidade, pois si 50% dos que ficam são imigrantes que já constituem o nosso fundamento ethnico (portuguezes e espanhóis) Há mais de 40% de raças difficilmente assimiláveis como os japoneses, etruscos, besarábios, chinezes, árabes, polacos e outros de longa enumeração<sup>9</sup>.

Muitas das “novas” nacionalidades imigrantes eram consideradas como agentes da desintegração, por serem oriundas de culturas muito diferentes e, portanto, por serem consideradas “inadaptáveis” ou também por terem, os seus países de origem, passado por conflitos políticos e revoluções. Tais identificações guardavam coerências com as visões organicistas de sociedade típicas daquele contexto:

A necessidade de se manter o controle da ordem social possuía, nos anos 30 e 40, uma gênese peculiar. Azevedo Amaral, um dos grandes ideólogos do Estado Novo, defendeu a idéia de que no Estado Autoritário ‘todos os indivíduos e todos os grupos sociais estão integrados com ele como parte integrante que são da coletividade nacional’. Encontramos nessa assertiva um elemento importante de explicação do organicismo social (PAIVA, 2002, p.39).

<sup>7</sup> O Núcleo Colonial Barão de Antonina foi uma experiência colonizadora iniciada nos anos de 1930, no município de Itaporanga, sudoeste do Estado de São Paulo. Em 1944, o referido núcleo passou a ser um distrito do município de Itaporanga e em 1965 foi transformado em município autônomo. Ver (CORREA, 1988) e (COSTA, 2000)

<sup>8</sup> **A colonização Oficial em São Paulo e o Núcleo Colonial Barão de Antonina.** Boletim do SIC. São Paulo, outubro de 1940.

<sup>9</sup> Diário Popular de 11/04/1933, (PAIVA, 1993, p. 40)

As nacionalidades consideradas inadaptáveis poderiam se comportar como verdadeiros vírus externos, capazes de comprometer o bom funcionamento do organismo social brasileiro, como desencadeadoras de futuras patologias sociais.

Além dos componentes acima, que podemos apontar como profundamente ligados a visões preconceituosas, outros fatores, de ordem mais claramente política, também interferiram no combate aos enquistamentos étnicos. O apetite territorial de países centrais, como a Alemanha, relacionado à existência, no Brasil, de colônias homogêneas de imigrantes alemães e a notícias de um projeto do governo nazista em se criar “*Alemanhas externas*” – no caso do Brasil, a criação de uma Alemanha Antártica, a partir das colônias do sul do país (BANDEIRA, 1994, p.46) – levaram o governo federal a temer um possível desmembramento do território nacional, caso não fossem tomadas medidas de impacto no sentido da assimilação dos imigrantes e no sentido da nacionalização da força de trabalho a ser realizada pela nova política colonizadora.

Desta maneira não é difícil inferir que a opção pelo trabalhador brasileiro, como agente viabilizador da política colonizadora, estava vinculada a uma preocupação com a possibilidade de desmembramento do território nacional e às situações de inadaptabilidade e de possível insubordinação de imigrantes portadores de “ideologias alienígenas”, como nos diz Diniz Filho:

Não será exagero colocar que a possibilidade de um esfacelamento do território nacional, ao lado da ação subversiva de grupos portadores de ideologias “alienígenas”, foram eleitas pelo Estado Novo como as duas grandes ameaças que teriam tornado absolutamente necessário o regime de força implantado em 1937. Já no discurso de inauguração do regime, proferido no mesmo dia em que o golpe foi desfechado, Getúlio Vargas descrevia uma situação dramática, identificando o separatismo e o imperialismo como fatores de desagregação nacional agindo interna e externamente (DINIZ FILHO, 1993, P.57).

Não obstante essa preocupação relacionada ao perigo e à desvantagem, devido à dificuldade de adaptação das novas levas de nacionalidade, de se utilizar o imigrante estrangeiro na nova política colonizadora que se constituía, outro aspecto ainda permanecia em aberto: o trabalhador rural brasileiro era muito marcado por visões pejorativas. O trabalhador rural brasileiro, principalmente o pequeno proprietário e posseiro, era muito identificado com os aspectos negativos da chamada cultura caipira, como pessoas que se contentavam em viver numa economia de subsistência, utilizando a terra como fator garantidor da sobrevivência, e não como agente capitalizador, cultivando-a com técnicas extremamente rudimentares, próximas das influências indígenas<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Tal visão é claramente expressa nas análises feitas por Waibel, quando este relata as técnicas de cultivo dos

Os posseiros, que durante muito tempo haviam sido tolerados como um mal necessário, sendo, por isso, aceitos e até mesmo estimulados como agentes da ocupação territorial nacional e como executores das frentes de conquista (PETRONE, 1982, p.12)<sup>11</sup>, passaram, já no final do século XIX, com a ampliação dos efeitos da Lei de Terras de 1850, a ser mal vistos e comparados a agentes da desordem. Não se adequavam, para eles, as diferentes formas de expressão da “Ideologia do Trabalho”, voltadas aos colonos imigrantes, uma vez que esses imigrantes, na busca da realização de seus sonhos de se tornarem pequenos proprietários, procuravam, com um certo pecúlio, adquirir pequenas extensões de terra e com o trabalho familiar - em sua propriedade na produção para o mercado, ou na grande lavoura, em momentos de “pico”, quando se solicitava um maior número de trabalhadores – garantirem essa mesma propriedade.

O trabalhador rural brasileiro, portanto, era entendido como indisciplinado, arcaico e incapaz de produzir para o mercado. Os trabalhadores rurais nacionais encontravam-se marcados pela identidade negativa, originária das seculares relações sociais escravistas desenvolvidas no Brasil, como país de via colonial<sup>12</sup>, e identificados como pessoas cuja origem histórica havia se dado a partir de retrocessos “a padrões primitivos de vida” (HOLANDA, 1992, p. 32).

Não era despropositada, portanto, a afirmação de Cassiano Ricardo - ao fazer apologia das bandeiras como fator genético da nacionalidade brasileira e legitimador do Estado forte, centralizador e interventor, no contexto do Estado Novo - de que as essas bandeiras contavam com o comando dos brancos sobre os índios e os negros (RICARDO, 1970, p.323). As Bandeiras, segundo Ricardo, haviam conseguido mediante o comando do branco, seguindo o princípio da “*democracia racial e social*”, colocar todos os elementos constituintes da sociedade brasileira a serviço da conquista e da construção do país.

Ao mitificar as Bandeiras, como “*Estado larvar brasileiro*”, Ricardo pretendia,

---

trabalhadores nacionais em comparação com possíveis técnicas agrícolas já praticadas no exterior e mesmo por imigrantes no Brasil. (WAIBEL, 1970, p. 261). É interessante notar que a essas características de atraso dos homens do campo no Brasil não escapam os representantes do grupo dominante. Monbeig ao se referir aos antigos grandes proprietários rurais, anteriores aos que expressavam uma nova “mentalidade” e foram responsáveis pelo desenvolvimento das frentes pioneiras, citando Davatz, afirmava: “queriam ater-se a uma espécie de feudalidade favorável às grandes virtudes”. (MONBEIG, 1994, p. 97).

<sup>11</sup>. Em Laura Melo e Souza encontramos afirmações de que tais idéias estão presentes no Brasil desde a colônia, pela incompatibilidade de situações de conquistas serem realizadas por escravos. Assim, os homens livres pobres seriam agentes prioritários para as tarefas de conquistas de novas áreas afastadas dos centros dinâmicos da produção aurífera. Tais considerações acabam por reforçar a famosa tese de que em terras livres, o trabalho deve ser cativo. Em terras cativas, o trabalho pode ser livre. Por isso, o posseiro, homem livre pobre e considerado marginalizado na estrutura social colonial, era considerado útil. Ver (SOUZA, 1.991, 2o cap.)

<sup>12</sup> Esta idéia acha-se desenvolvida de maneira interessante em (MORAES, 1996, p. 96 e 97)

metaforicamente, defender a idéia de um novo Estado que comandasse o trabalhador brasileiro, num novo esforço de (re)construção nacional, a partir de uma nova conquista do Oeste. Esse trabalhador nacional deveria ser, a partir daquele momento, um trabalhador rural de novo tipo: disciplinado e produtivo.

Esse trabalhador não se encontrava “pronto”, deveria ser criado a partir de uma reeducação encaminhada pelo Estado. Essa reeducação e nova formação se dariam pela construção de uma política colonizadora baseada na pequena propriedade. Pequena propriedade que, nas frentes de conquistas territoriais, deveria ser adquirida e paga pelo pequeno proprietário nacional, por meio do fruto de seu trabalho familiar (VARGAS, 1943, p. 122), evitando, assim, que essa pequena propriedade, se destinasse apenas a uma pequena produção para a subsistência e se voltasse, portanto, a produzir para o mercado. A política colonizadora assumiria, dessa forma, a função de instrumento de construção de um novo trabalhador rural brasileiro.

Tais considerações, ao indicar a ação reguladora do Estado na construção de um novo padrão de propriedade para o seu *hinterland*, indicariam, também, a necessidade de se construir, em conjunto, um novo tipo de trabalhador rural brasileiro, adequado para um novo padrão de desenvolvimento, que ao anexar novas áreas, as transformassem em áreas produtoras e consumidoras de mercadorias.

As questões apontadas foram elementos constitutivos de uma nova política colonizadora, alicerçada numa crítica e, portanto, numa análise negativa das políticas colonizadoras do pré 1930. As políticas colonizadoras anteriores haviam se subordinado a um modelo de desenvolvimento voltado para fora, em função de seu relacionamento com a produção primário-exportadora, e priorizaram o trabalhador estrangeiro, abandonando o nacional à própria sorte e ao sabor dos estigmas que lhe cabiam naquele momento. Esse abandono, sem o respectivo amparo estatal, não permitia que se vislumbrasse o trabalhador nacional como um agente modernizador.

De acordo com as novas perspectivas, a ação modernizadora, por parte dos trabalhadores nacionais, seria alcançada se estimulada e amparada por meio de iniciativas estatais. O Estado construiria, assim, a possibilidade de modernização racional do interior brasileiro, criando do próprio sujeito de sua consecução.

Assim é possível compreender o porquê da introdução de um instrumento legal, que se converteu em um elemento fundamental de nova política colonizadora que se elaborava no

período que nos ocupa: o Decreto-Lei no. 406, de 04 de maio de 1938, do Governo Federal. Esse Decreto-Lei determinava que nenhum núcleo colônial poderia ser formado por estrangeiros de uma mesma nacionalidade; que os brasileiros não poderiam ser, nesses mesmos núcleos, inferiores a 30% do número de habitantes; que nenhuma das outras nacionalidades ultrapassasse os 25%; e que, em sua falta, os brasileiros poderiam, mediante autorização do SIC (Serviço de colonização e Imigração), ser substituídos por portugueses.

### **3 A Importância da Pequena Propriedade**

Outro aspecto, também constitutivo da política colonizadora, se relacionava com a defesa da pequena propriedade. Tal questão se fazia presente em inúmeros discursos e unia pessoas representativas de visões que podiam ser consideradas antagônicas. Amalgamava, nos mesmos princípios, representantes do chamado pensamento autoritário como Oliveira Vianna e Cassiano Ricardo, passando pelo próprio Vargas, pelas denominadas correntes tenentistas e chegando até um grande defensor do industrialismo brasileiro como Roberto Simonsen (PAIVA, 2002, p.34)

A presença e a defesa da pequena propriedade no discurso de diferentes sujeitos do momento em questão refletiam a magnitude que essa problemática assumia. Os argumentos em defesa da pequena propriedade variavam de acordo com os compromissos e interesses de seus propositores, mas apresentavam, com exceção dos setores mais radicais do “tenentismo”, um princípio comum: a não identificação entre a defesa da pequena propriedade e a necessidade de transformação da estrutura fundiária brasileira. Em outros termos, não existia nenhum vínculo entre pequena propriedade e reforma agrária. Tratava-se, então, da retomada da defesa da colonização e da idéia de que, num país de generosos fundos territoriais, a colonização democratizaria o acesso à terra sem a necessidade da reforma agrária.

Segundo Neide Esterici:

A tese da pequena propriedade apareceu no discurso dos ideólogos e do Estado, mas não ligada a uma reforma efetiva do regime de exploração da terra e sim à ocupação de novas áreas e, menos explicitamente, ao descongestionamento de áreas onde grassavam o desemprego e as tensões sociais que ameaçavam a ordem vigente ( cidades e certas áreas agrícolas da faixa litorânea). Não se cogitava de um retalhamento do latifúndio, mas sim de uma política de colonização e imigração que deslocasse a população desocupada e sem terra para o interior do país, onde havia terras devolutas (ESTERCI, 1972, p.28).

A questão da pequena propriedade e sua relação com a colonização já se encontrava presente na plataforma da aliança liberal:

[...] é necessário atender à sorte de centenas de milhares de brasileiros que vivem nos sertões sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contácto com os agentes do poder

público, apenas, através dos impostos extorsivos que pagam. É preciso grupá-los, instituindo colônias agrícolas; investi-los na propriedade da terra, fornecendo-lhes os instrumentos de trabalho, o transporte fácil, para a venda da produção excedente às necessidades do seu sustento; desperta-lhes, em suma, o interesse, inculcando-lhes hábitos de atividade e de economia (VARGAS, 1941, vol. I, p. 28).

É importante frisar que em nenhum momento a plataforma da Aliança Liberal relacionou pequena propriedade e reforma agrária ou afirmou a importância e a necessidade dessa última.

Extremamente vinculados às preocupações que nortearam movimento de 1930 e procurando “puxá-lo” para uma maior radicalidade, os “tenentes” agrupados no clube 3 de outubro, defenderam, já na fundação desse mesmo clube, a necessidade de criação de núcleos coloniais, baseados na pequena propriedade e no trabalho familiar, e a vinculação desses núcleos com o desenvolvimento do mercado interno e, portanto, da industrialização (CAMARGO, 1981, p.128). A defesa da pequena propriedade presente no discurso “tenentista, vinculava-se claramente a uma defesa, também, da radicalização do movimento de 1930 e um de um enfrentamento mais contundente com as antigas elites oligárquicas.

Em Vargas, o mesmo tema aparece ganhando uma nova faceta. Para além da defesa da ocupação do território, a defesa da pequena propriedade, extremamente afastada de um projeto reformador da estrutura fundiária, aproximava-se da preocupação com o desemprego urbano:

A solução de Vargas para este problema, e jamais levada à prática, resumia-se em propor o retorno destas populações ao campo. Quanto às medidas que permitiriam sua viabilização, como elevar salários no campo, estender a ele certas conquistas na cidade ou mesmo implementar a reforma agrária, o silêncio foi total. Ficava-se, assim, na vaga proposta de ‘educar a população rural’. [...] era mais o desejo de diminuir as tensões sociais provenientes da urbanização, mas que na realidade entrava em choque com a correlação de forças políticas (o peso dos proprietários de terra e da burguesia rural no sistema político) e com o tipo de desenvolvimento capitalista que então ganhava expressão, centrado na expansão do setor industrial (FONSECA, 1987, p. 236).

A posição de Vargas pode ser entendida de acordo com as suas preocupações, e de seu governo, no momento. Procurava acenar para uma das mais fortes reivindicações dos trabalhadores: o combate ao desemprego<sup>13</sup> e, ao mesmo tempo, sinalizar aos grandes proprietários rurais, no sentido de a uma conciliação ou, pelo menos, no sentido de uma não “provocação”, que seria desnecessária e politicamente desastrosa, já que os interesses agro-exportadores ainda eram bastante poderosos.

A pequena propriedade também unificava em sua defesa, de forma aparentemente

---

<sup>13</sup> Aqui é importante lembrar que a camada social dos trabalhadores urbanos era egressa do campo. Daí o fato de uma proposta de retorno ao campo ter forte apelo junto a esses trabalhadores

surpreendente, campos opostos naquele momento: os representantes do agrarismo e do industrialismo. No primeiro caso, temos a aproximação às idéias dos chamados pensadores autoritários de extração ruralista, como Oliveira Vianna e, até mesmo, Cassiano Ricardo, cuja posição favorável ao agrarismo ou ao industrialismo é alvo de polêmica. No segundo caso, podemos apontar o pensamento de Roberto Simonsen.

Oliveira Vianna enfatiza a defesa da pequena propriedade como algo que

Representa o que há de mais valioso em nossa tradição agrária. Isto porque, por um lado ‘o brasileiro sempre se revela, sempre se afirma um homem do campo’. E por outro, porque só através dela é que o povo brasileiro pode se constituir. Enquanto a grande propriedade continuar hegemônica, o Brasil estará sem ‘quadros sociais completos; sem classes sociais definidas; sem classe média; sem classe industrial; sem classe comercial’ (PAIVA, 2002, p.33).

Tais idéias expressam claramente o embate de Vianna com as forças políticas representantes dos interesses cafeicultores, sustentadas pela grande propriedade exportadora. As forças políticas da cafeicultura teriam forçado um processo de urbanização das elites nacionais. Essas elites passaram, com isso, a pensar basicamente na solução, via Estado, de seus problemas particulares. Daí o fato de defenderem uma visão distorcida da vida política, a partir de uma concepção alienígena, o Liberalismo, que era extremamente benéfica para os seus interesses, já que suas relações eram com o exterior e não com o interior do país. Por isso, Vianna advogava, insistentemente, a conversão de proletários urbanos em camponeses (DINIZ FILHO, 1993, p. 119/123). Posição que claramente reforça a defesa da colonização. Já Cassiano Ricardo, ao se utilizar das Bandeiras como fator explicativo, e ao mesmo tempo legitimador, da formação da sociedade e do Estado brasileiros afirma:

[...]a pequena propriedade [...] ao invés de embaraçar o expansionismo favoreceu-o. Porque não segregou o homem cioso das grandes perspectivas que lhe rasgava na alma a idéia dos mitos do ouro e das serras resplandecentes. Os pequenos limites condensaram a energia bandeirante pra gerar a necessidade da descompressão (RICARDO, 1970, p. 71).

[...] Em qualquer hipótese, a pequena propriedade fazia, por assim dizer, parte de uma técnica de vida e de economia, cujo principal objetivo dependia de absoluta liberdade de movimento (RICARDO, 1970, p. 75).

[...] Socialmente, a bandeira nasce de um grupo que pratica a pequena propriedade e a policultura, naquelas fazendas variegadas e típicas que enxameiam no arredor de Piratininga (RICARDO, 1970, p. 119).

Ricardo, então, ao fazer a apologia da pequena propriedade e relacioná-la ao bandeirantismo aproveitava para criticar a economia baseada nas grandes extensões de terra com produção destinada ao exterior, e o seu corolário, o Liberalismo. Justificando, desta maneira, as instituições capitalistas autoritárias que se constituíam. Contudo, também,

A defesa da pequena propriedade, presente na ‘Marcha para o oeste’ foi fundamental para referendar a política de colonização. Neste caso, o autor procura resgatar o ‘papel histórico’ que

ela possuiu em nossa formação social, enaltecendo assim sua importância nos rumos contemporâneos do país. À pequena propriedade caberia, no contexto dos anos 30 e 40, reeditar as suas potencialidades anteriores: povoamento e conseqüente expansão e ocupação do território (PAIVA, 2002, p. 29)

O povoamento, a expansão e ocupação do território, teriam como possível conseqüência o desenvolvimento da indústria.<sup>14</sup>

Assim, os dois autores anteriormente citados, ao defenderam a pequena propriedade como forma de justificar a construção de instituições políticas que rompessem com a tradição liberal, acabam também por indicar princípios importantes para a política colonizadora que se constitui no contexto do 1º governo Vargas.

Percorrendo a mesma trilha, porém explicitando interesses sociais opostos, encontram-se as afirmações de Roberto Simonsen e do IDORT, em relação à pequena propriedade. Em se tratando, o autor e a entidade, anteriormente mencionados, de grandes expoentes do industrialismo brasileiro, nada mais justo do que considerar que a defesa da colonização baseada na pequena propriedade também interessava aos segmentos relacionados ao capital industrial. Afirma Simonsen, criticando a pequena propriedade voltada à produção de subsistência: “... condições autárquicas (...) reduzem extraordinariamente o poder de 2/3 da população”, porém mais adiante acrescenta concordando, em espírito, com a marcha colonizadora:

Só pelo intercâmbio interno é que poderemos alcançar o poder aquisitivo de que havemos mister. (...) A indústria deseja um mercado interno rico para a necessária expansão de sua produção. Tanto vale dizer que anseia pela formação de capitais nacionais, pelo aumento do poder aquisitivo dos brasileiros, pela união cada vez mais intensa de todas as regiões do país, pela crescente liberdade nas intercomunicações dos Estados; enfim, pela unidade e grandeza cada vez maiores de nossa pátria<sup>15</sup>.

O que fica patente, aqui é que o referido autor faz, de forma bastante ligeira e sutil uma defesa da pequena propriedade voltada a produzir para o mercado, projeto da política colonizadora que se estava viabilizando no momento, como aspecto subsidiário da acumulação industrial. Tal defesa é evidente quando critica as propriedades “autárquicas”, para depois ressaltar a importância do aumento do poder aquisitivo que seria proporcionado “pela união cada vez mais intensa de todas as regiões do país”.

<sup>14</sup> DINIZ FILHO em seu texto afirma: Segundo Alcir Lenharo, Ricardo coloca a industrialização como conseqüência lógica do Bandeirantismo: de São Paulo partiram as bandeiras, cuja obra prosseguira com a expansão do café e se concretizara no progresso industrial desse estado. Mas como Ricardo não fala textualmente sobre um destino industrial ligado ao bandeirantismo, Lenharo se vê obrigado a afirmar que tal associação se faria através de ‘imagens próximas à indústria’, bem como ‘da exaltação do presente e das projeções ciclópicas do futuro imediato’. Para Diniz Filho, no entanto, isto não quer dizer que Ricardo colocasse o desenvolvimento industrial como algo absolutamente necessário para o desenvolvimento econômico do país, sendo, por isto, um agrarista moderado. (DINIZ FILHO, 1993, p.119)

<sup>15</sup> (LENHARO, 1986A, p. 106 e 107)

O mesmo tipo de defesa é feito pelo IDORT, aqui de forma mais direta:

A julgar pelo andamento das coisas, ao acompanhar a situação econômica actual – no Brasil – e particularmente no Estado de São Paulo, é permitido prevêr, para muito breve a formação em grande escala de pequena propriedade – única salvação aliás possível para a lavoura – capaz de resolver – nosso modesto parecer - sem convulsões, a economia e a estabilidade social do Estado<sup>16</sup>.

Embora mais direta, a defesa da pequena propriedade pelo IDORT, tal qual a de Roberto Simonsen, se caracterizava pela cautela. O que demonstra que os industrialistas, com Vargas incluído, preferiam um não enfrentamento direto com as forças do latifúndio, que controlavam parcelas significativas de poder. Preferiam, muito mais, devido à permanência do poder dos representantes do latifúndio, conciliar com estes para dar curso aos seus propósitos industrializantes.

Até aqui encaminhamos pontos que nos denotam uma preocupação do governo estabelecido no pós 1930 em constituir uma nova política colonizadora, diferente da praticada anteriormente e relacionada com os interesses da agricultura de exportação. Pontos esses que foram sendo “amarrados” e amadurecidos para a sua realização. Tal política colonizadora só se solidificou principalmente a partir da promulgação do já referido Decreto-Lei no. 406, de 04 de maio de 1938, que também criou o CIC ( Conselho de Imigração e Colonização) e com a definição da instalação das CANs (Colônias Agrícolas Nacionais)<sup>17</sup>. Questões que se encontram relacionadas, uma vez que o CIC responderia pela aplicação da política colonizadora e também pelos encaminhamentos necessários à efetivação das CANs.

As CANs, embora não tenham logrado o êxito desejado, foram constituídas com o objetivo de se tornarem “a espinha dorsal da Marcha para o Oeste” (DINIZ FILHO, 1993, p. 181 a 186). A de instalação das mesmas se pautou pela preocupação em integrar o mercado de regiões interioranas, sem interesse direto para os grandes proprietários e, ao mesmo tempo, abastecer, com mercadorias originadas de uma produção policultora, as capitais dos estados onde se localizavam.

Essa iniciativa, considerada extremamente importante dentro das políticas territoriais e colonizadoras do Estado Novo só se tornou possível a partir da elaboração dos diagnósticos e da percepção dos problemas vinculados ao desenvolvimento nacional que poderiam ser equacionados e atacados por uma nova política colonizadora.

<sup>16</sup> (LENHARO, 1986A, p. 108)

<sup>17</sup> O governo Federal, em colaboração com os governos estaduais e municipais e todos os órgãos da Administração Pública Federal e por intermédio do Ministério da Agricultura, promoverá a fundação de grandes Colônias Agrícolas Nacionais, as quais serão destinadas a receber e fixar como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e excepcionalmente, agricultores estrangeiros. **Decreto-Lei 3059 de 14 de fevereiro de 1941.**

**BIBLIOGRAFIA:**

**A colonização Oficial em São Paulo e o Núcleo Colonial Barão de Antonina.** Boletim do SIC. São Paulo, outubro de 1940.

**Anais da semana de História agrária.** Assis: ANPUH/UNESP, 1982

BANDEIRA, Moniz. **O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil.** São Paulo: Ensaio, 1994.

CAMARGO, Aspásia A. **A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)**, In FAUSTO, Bóris (org.). **História geral da civilização brasileira.** Rio de Janeiro: Difel, tomo. III, vol. 3, 1981.

CORRÊA, Dora S. **O Núcleo Colonial Barão de Antonina** - Universidade de São Paulo: FFLCH. Dissertação. (Mestrado em História Social), 1.988.

COSTA, Julio César Zorzenon. **Política colonizadora, industrialização e desenvolvimento regional e o Núcleo Colonial Barão de Antonina.** . Universidade de São Paulo: FFLCH. Dissertação (Mestrado em História Econômica), 2000.

DINIZ FILHO, Luís Lopes. **Território e destino nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1.937-1.945).** Universidade de São Paulo: FFLCH. Dissertação (Mestrado em Geografia), 1.993

ESTERCI, Neide. **O mito da democracia no país das bandeiras.** Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia), 1972

HOLANDA, Sergio Buarque. **Monções.** 2 ed. rev. e amp. São Paulo: Brasiliense, 1992

IANNI, Constantino . **Homens sem paz.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

LAHUERTA, Milton. **Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização.** In: COSTA, Wilma Peres da e LORENZO, Helena Carvalho de (orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.** São Paulo: UNESP/FAPESP, 1997.

LENHARO, Alcir. **A conquista do corpo geográfico do país.** Campinas: Unicamp, 1986A.

\_\_\_\_\_. **A sacralização da política.** Campinas: Papyrus. 1986B.

MARTINS, José de Souza. **Fronteiras: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1.997

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** 2 ed. São Paulo: Pólis/Hucitec, 1.994.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Ideologias geográficas.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

PAIVA, Odair da Cruz. **A colonização Oficial: Um Projeto Modernizador, Litoral Sul e Vale do Ribeira de Iguape nas Décadas de 1.930 e 1.940.** Universidade de Campinas, Dissertação (Mestrado em Sociologia), 1.993.

\_\_\_\_\_. **Colonização e (des)povoamento.** São Paulo: Pulsar, 2002.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. **Aspectos da Rede Fundiária em São Paulo no século XX. O Problema das Posses** in: **Anais da Semana de História Agrária.** Assis: ANPUH/UNESP, 1982.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1.970.

SOUZA, Laura Melo e. **Os desclassificados do ouro.** 3ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991

VARGAS, Getúlio. **Diretrizes da nova política do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943.

\_\_\_\_\_. **Nova política do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, vol. 1, 1941.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia tropical.** Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, 1979.

FONSECA, 1.987

DINIZ FILHO

VARGAS

PAIVA